

**ATA DA 146ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LAGOA SANTA – COMCEPH**

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, em primeira convocação, reuniram-se por teleconferência, às dezesseis horas, os seguintes membros do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa (COMCEPH): Sr. Cleito Pinto Ribeiro (titular – Poder Público); Sr. Luiz Tadeu Neves Pimenta (Suplente – Poder Público); Sr. Marcelo Silva Monteiro (titular – Poder Público); Sra. Marta Machado Soares (titular – Sociedade Civil); Sra. Regina Coeli Lauria (titular – Sociedade Civil); Sr. Philippe Gomes Paes Leme Lobo (Titular – Sociedade Civil); Sr. Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (titular – Sociedade Civil); os convidados: Bellkiss Amorim; Marcelo (Boi Lourdes); além da Secretária Executiva, Sra. Isadora Senra Prado. Com quórum correspondente a metade mais um dos conselheiros, conforme o §1º do art. 19 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa. Esta reunião foi convocada por e-mail e **a pauta da reunião consistiu-se em: questões relacionadas ao “Monumento Natural Vargem da Lapa”**. Na ausência da presidente e do vice-presidente a Sra. Isadora questionou se algum dos presentes gostaria de conduzir a reunião. O Sr. Philippe abriu a reunião apresentando a pauta sobre o Monumento Natural Várzea da Lapa, popularmente conhecido como Lapa do Beijo, local de um sítio arqueológico. O acesso era dado por servidão de passagem e está atualmente obstruído para a população devido a ações de dois proprietários de áreas do entorno. Sra. Regina se manifestou dizendo que não conhecia a área, em seguida o Sr. Cleito disse que só conhece o local pela dificuldade de acesso e que a temática é pertinente. A Sra. Regina sugeriu uma visita do conselho ao local, o Sr. Philippe respondeu que isso precisa ser pensando, fazendo um levantamento maior de informações antes de ir ao local. A Sra. Regina esclareceu que mesmo uma visita pela parte externa seria importante. O Sr. Philippe passou a palavra a Sra. Isadora que explicou o que o conselho pode fazer sobre a situação e que o local é um bem inventariado e não um bem tombado. O Sr. Cleito comentou sobre o fato de ser um local com sítio arqueológico sem tombamento. O Sr. Marcelo comentou que ocorre um fechamento de estrada pública pelos proprietários de terras próximas ao local. A Sra. Isadora falou sobre a possibilidade da existência de um documento que comprove que existiu a servidão de passagem no local, pois isso facilitaria para o conselho fazer uma denúncia ao Ministério Público e reabrir a

servidão de passagem. O Sr. Marcelo explicou que já houve denúncia e o órgão fiscalizador mandou que a rua fosse reaberta em 2021, pois ela existe como estrada de servidão. A Sra. Isadora perguntou ao Sr. Philippe se esteve presente no local recentemente para ter informações do nível atual de preservação do local, o Sr. Philippe respondeu que não esteve presente dentro do local, apenas o observou de outros locais e obteve informações de uma visita técnica feita pelos membros de curso de turismo rural do qual o seu filho participou. Houve um aterramento de parte da gruta, introdução de espécies para um jardim exótico e outras intervenções devido a obras em um imóvel próximo. O Sr. Marcelo questionou se a Sra. Isadora esteve presente no local, a Sra. Isadora respondeu que sempre teve a informação do local não possuir acesso liberado, o Sr. Marcelo disse que visitou a propriedade onde se localiza a rocha em 2019 e que o local apresentava sinais de abandono e que o dono, Sr. Tom, se queixava de ter problemas para regulamentar sua propriedade junto ao município. Também foi relatado pelo Sr. Marcelo que dentro da gruta da propriedade existe um salão em que o proprietário nunca permitiu o acesso, o Sr. Cleito completou que conhece duas arqueólogas que foram expulsas da propriedade de forma violenta, e também outros pesquisadores que não conseguiram acessar a área. O Sr. Marcelo concordou e disse que a intenção do dono é de resguardar o local para aumentar sua importância, o Sr. Cleito respondeu que qualquer cavidade é considerada bem da União e se existe qualquer coisa de valor arqueológico, o local é considerado um sítio arqueológico. A Sra. Isadora concordou e sugeriu que fosse encaminhado pelo conselho um relatório ao IBAMA, ao Iphan e ao Ministério Público Federal. O Sr. Philippe acrescentou que o local está na jurisdição do IEF e que existe um gestor do IEF responsável pela administração área, e que seria interessante um diálogo do conselho com esse gestor para entender melhor a situação, dialogar também com o proprietário para que ele entenda as vantagens do uso público do local e como o Conselho pode intervir para que esse bem seja recuperado pela população. O Sr. Cleito disse que se existe a possibilidade do proprietário se dispor a dialogar sobre a situação, pois essa precisa ser prioridade. O Sr. Marcelo disse que o proprietário procurou a DMTC em 2019 para que o Município tivesse usufruto da propriedade para educação patrimonial e ambiental e se demonstrava insatisfeito pela falta de uso do local. O Sr. Marcelo também falou sobre a falta de interesses dos setores ambientais sobre o local. Sobre intervenções, o proprietário apenas fez o uso de sua propriedade ao redor do monumento, mas que o monumento está sim preservado, mas que o proprietário gostaria de estar no circuito da educação

ambiental e da educação patrimonial do município. A Sra. Isadora sugeriu que se existe um diálogo, poderia ser feita uma reunião do proprietário com os conselheiros para trazer o espaço para a educação patrimonial. O Sr. Marcelo reforçou que a parte natural está preservada e o Sr. Cleito lembrou que o Sr. Phillippe alertou sobre alterações, o Sr. Marcelo respondeu que existem sim intervenções, mas que a rocha está preservada. O Sr. Philippe concordou com o Sr. Marcelo na questão de que a grandeza do patrimônio é muito maior do que as modificações que ocorreram, e que antes de dialogar com o proprietário é importante fazer um levantamento mais detalhado sobre o local, conversar com o gestor do IEF responsável pelo local, analisar as informações que o Sr. Luiz disse que estão presentes na prefeitura. Entender os constrangimentos que os proprietários ligados a estrada de servidão podem ter. O Sr. Cleito pediu a opinião da Sra. Marta, devido sua proximidade com o local discutido, a Sra. Marta disse que seu convívio com o Sr. Tom é bom, considerando que ele permitiu a visita técnica do curso, porém havia uma passagem na propriedade do Sr. Tom, mas que na época ele aterrou as dolinas e fechou a estrada sem consequências. Sr. Tom não é envolvido com a população local e não tem o perfil e nem a formação para receber grupos no local. A outra proprietária, Dra. Lúcia, fechou o beco de servidão que se localiza próximo ao RecepTur há cerca de 8 anos. O Sr. Cleito questionou sobre as questões legais, já que o monumento possui pinturas rupestres ele deveria estar sob a proteção da União. A Sra. Isadora completou que por estar dentro da Lapa deveria também ter uma gestão do ICMBio. O Sr. Philippe acrescentou que conversar com o gestor do IEF responsável, e que mesmo que o Sr. Tom não tenha formação para administrar as visitas ao local, o curso que ele permitiu acesso a área criou na comunidade local pessoas capacitadas para essa função. Tendo a comunidade local a alternativa de entender as oportunidades de trabalho com o turismo de base comunitária, mostrando que a comunidade pode também administrar o uso da área. Sr. Cleito lembrou que a Sra. Marta comentou sobre a indisposição da comunidade local em trabalhar com o Sr. Tom. A Sra. Marta disse que o Sr. Tom tratou todos bem durante a visita e que ele é aberto ao diálogo sobre visitas. O Sr. Cleito continuou dizendo que se agora existe a oportunidade de acesso ao local com a permissão do proprietário é mais fácil, mas que deveria existir um plano de manejo para abrir o local para o público e quem criaria esse plano já que um bem que seria da união teria uma séria de normas para a utilização do espaço. O Sr. Philippe ao olhar no site do estado, observou que o órgão responsável listado seria o IEF e que já poderia ser articulada uma reunião entre os conselheiros e o gestor do IEF, levando os

documentos levantados sobre a situação do local. O Sr. Marcelo lembrou que em 2018 ou 2019 o Sr. Tom procurou o município e que não se sabe a abordagem feita pelo IEF ao proprietário, e que conversando com o Sr. Tom, o Sr. Marcelo percebeu um interesse muito grande na abertura do terreno ao público. O Sr. Celito lembrou da falta de plano de manejo para os monumentos naturais do estado. O Sr. Philippe sugeriu a criação de uma comissão, o Sr. Cleito concordou pela importância por ter mais legitimidade e sugeriu para a comissão a Sra. Marta, o Sr. Jean e o Sr. Philippe. A Sr. Isadora deu início a votação, todos foram a favor. O Sr. Cleito pediu que em uma reunião futura seja falado sobre os cruzeiros da cidade que são pouco vistos e junto com eles as tradições a eles relacionadas. A Sra. Isadora falou sobre o projeto reforma da Praça da Lapinha, local de diversas festas religiosas locais, que prevê a retirada da cruz existente no local, enquanto existe um pedido da população local para que a cruz não seja retirada. A Sra. Marta relatou que uma arquiteta foi a o RecepTur preocupada com a situação. O Sr. Philippe se manifestou lembrando que mesmo sendo uma obra que busca a melhora da vida dos moradores da região, mas que precisa de ajustes para valorizar a identidade da comunidade local. O Sr. Cleito concordou. O Sr. Marcelo completou que pedidos maiores foram acolhidos pela SDU. O Sr. Cleito falou sobre ser fundamental a permanência da cruz para autoestima da comunidade, para a manutenção dos ritos. O Sr. Stefano lembrou que a praça é um local de referência para a comunidade. A Sra. Isadora propôs que com a aprovação dos conselheiros, poderia ser encaminhado um pedido a SDU para a cruz ser mantida. O Sr. Marcelo ofereceu e se colocou à disposição como vereador para intermediar sobre o tema. O pedido foi posto em votação e aprovado por unanimidade. A Sra. Isadora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado a presente ata que vai assinada por mim, Isadora Senra Prado, que a redigiu e lavrou e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros da reunião. **Assinaturas:** \_\_\_\_\_

Cleito Pinto Ribeiro (Conselheiro) \_\_\_\_\_;

Luiz Tadeu Neves Pimenta (Conselheiro) \_\_\_\_\_;

Marcelo Silva Monteiro (Conselheiro) \_\_\_\_\_;

Regina Coeli Lauria (Conselheira) \_\_\_\_\_;

Marta Machado Soares (Conselheira) \_\_\_\_\_;

Philippe Gomes Paes Leme Lobo (Conselheiro) \_\_\_\_\_;

Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (Conselheiro) \_\_\_\_\_;

Isadora Senra Prado (Secretária Executiva) \_\_\_\_\_;